



DIÁRIO

República Federativa do Brasil

DO CONGRESSO NACIONAL

781

ANO XLVI - Nº 17

SABADO, 16 DE FEVEREIRO DE 1991

BRASÍLIA _ DF

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

I — ATA DA 1ª SESSÃO CONJUNTA EM 15 DE FEVEREIRO DE 1991

Sessão solene destinada à instalação dos trabalhos da Primeira Sessão Legislativa ordinária da Quadragésima Nona Legislatura

Ata da 1ª Sessão Conjunta, em 15 de fevereiro de 1991

1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 49ª Legislatura

Presidência do Sr. Mauro Benevides

ÀS 10 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Albano Franco — Alexandre Costa — Almir Gabriel — Amazonino Mendes — Amir Lando — Irapuan Costa Junior — Antônio Mariz — Áureo Mello — Carlos De'Carli — César Dias — Chagas Rodrigues — Coutinho Jorge — Dirceu Carneiro — Divaldo Surrugay — Eduardo Suplicy — Esperidião Amin — Epitácio Cafeteira — Fernando Henrique Cardoso — Francisco Rollemberg — Garibaldi Alves — Gerson Camata — Guilherme Palmeira — Hugo Napoleão — Humberto Lucena — João Calmon — João Rocha — Jonas Pinheiro — Josaphat Marinho — José Agripino Maia — José Fogaça — Lourival Baptista — Lucídio Portella — Mansueto de Lavor — Mário Covas — Mauro Benevides — Meira Filho — Moisés Abrão — Nelson Carneiro — Ney Maranhão — Odacir Soares — Oziel Carneiro — Ronaldo Aragão — Valmir Campelo.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Roraima

Francisco Rodrigues — PTB; João Fagundes — PMDB; Júlio Cabral — PTB; Marcelo Luz — PDS; Rubem Bento — Bloco.

Amapá

Aroldo Góes — PDT; Fátima Pelaes — Bloco; Gilvam Borges — Bloco; Murilo Pinheiro — Bloco; Sérgio Barcellos — Bloco; Valdenor Guedes — PTB.

Pará

Carlos Kayath — PTB; Domingos Juvenil — PMDB; Giovanni Queiroz — PDT; Hilário Coimbra — PTB; Manoel Ribeiro — PMDB; Mario Martins — PMDB; Osvaldo Melo — PDS; Paulo Titan — PMDB.

Amazonas

Átila Lins — Bloco; Eduardo Braga — PDC; Ézio Ferreira — Bloco; José Dutra — PMDB; Pauderney Avelino — PDC.

Rondônia

Edison Fidelis — PTB; Jabes Rabelo — PTB; Maurício Calixto — PTB; Raquel Cândido — PDT.

Acre

Adelaide Neri — PMDB; Auricélia de Assis — PDS; Edmar Santiago — PMDB, Francisco Diógenes — PDS; João Maia — PMDB; João Tota — PDS; Zila Bezerra — PMDB.

Tocantins

Eduardo Siqueira Campos — PDC; Freire Júnior — Bloco; Osvaldo Reis — PDC; Paulo Mourão — PDC.

Maranhão

Cid Carvalho — PMDB; Francisco Coelho — PDC; Haroldo Sabóia — PDT; João Rodolfo — PDS; José Carlos Sabóia — PSB; Roseana Sarney — Bloco; Sarney Filho — Bloco.

Ceará

Aécio de Borba — PDS; Antônio dos Santos — Bloco; Carlos Virgílio — PDS; Edson Silva — PDT; Gonzaga Mota — PMDB; José Linhares — PSDB; Moroni Torgan — PDC; Sergio Machado — PSDB; Ubiratan Aguiar — PMDB.

Piauí

Benedito Carvalho Sá — PDS; Paes Landim — Bloco; Paulo Silva — PSDB.

Rio Grande do Norte

Aluizio Alves — PMDB; Fernando Freire — Bloco; Henrique Eduardo Alves

EXPEDIENTE
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

PASSOS PÓRTO

Diretor-Geral do Senado Federal

AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor Executivo

CESAR AUGUSTO JOSÉ DE SOUZA

Diretor Administrativo

LUIZ CARLOS DE BASTOS

Diretor Industrial

FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA

Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Semestral Cr\$ 3.519,65

Tragam 2.200-exemplares.

PMDB; Ibere Ferreira — Bloco; Ney Lopes — Bloco.

Paraíba

Adauto Pereira — Bloco; Efraim Morais — Bloco; Ivan Burity — Bloco; Jose Luiz Clerot — PMDB.

Pernambuco

Antônio Geraldo Rodrigues — Bloco; Inocêncio Oliveira — Bloco; Maurílio Ferreira Lima — PMDB; Nilson Gibson — PMDB; Renildo Calheiros — PC do B; Ricardo Fiuza — Bloco; Roberto Franca — PSB; Roberto Magalhães — Bloco; Wilson Campos — PMDB.

Alagoas

Mendonça Neto — PDT; Vitório Malta — Bloco.

Bahia

Aroldo Cedraz — Bloco; Geddel Vieira Lima — PMDB; Genebaldo Correia — PMDB; Jabes Ribeiro — PSDB; Jairo Azi — PDC; Jaques Wagner — PT; João Alves — Bloco; Jonival Lucas — PDC; José Carlos Aleluia — Bloco; José Lourenço — PDS; Jutahy Júnior — PSDB; Pedro Irujo — Bloco; Prisco Viana — PMDB; Sebastião Ferreira — PMDB; Sérgio Brito — PDC.

Minas Gerais

Aracely de Paula — Bloco; Elias Murad — PSDB; Fernando Diniz — PMDB; Genésio Bernardino — PMDB; Humberto Souto — Bloco; José Geraldo — PL; Neif Jabur — PMDB; Osmani Pereira — PSDB; Paulo Cícero de Vasconcelos — PSDB; Paulo Delgado — PT; Paulo Heslander — PTB; Sérgio Naya — PMDB; Tilden Santiago — PT; Vittorio Mediolli — PSDB; Wagner do Nascimento — PTB; Zaire Rezende — PMDB.

Espírito Santo

Etevalda de Menezes — PMDB; Nilton Oliveira — PMDB; Paulo Hartung — PSDB; Rita Camata — PMDB; Roberto Valadão — PMDB.

Rio de Janeiro

Aldir Cabral — PTB; Jair Bolsonaro — PDC; José Egydio — Bloco; Junot Abi-Rama — PDT; Laprovita Vieira — PMDB; Maria Aparecida Campos — PDT; Nelson Bornier — PL; Paulo Almeida — PTB; Sandra Cavalcanti — Bloco; Sérgio Arouca — PCB; Sérgio Cury — PDT; Sidney de Miguel — PDT.

São Paulo

Alberto Goldman — PMDB; Alberto Haddad — Bloco; Aldo Rebelo — PC do B; Alorezio Mercadante — PT; Antônio Carlos Mendes Thame — PSDB; Diogo Nomura — PL; Edevaldo Alves da Silva — PDS; Euclydes Mello — Bloco; Fabio Meirelles — PDS; Fausto Rocha — BLOCO; Geraldo Alekmin Filho — PSDB; Heitor Franco — PDS; Hélio Bicudo — PT; João Mellão Neto — PL; José Genofino — PT; José Gualberto Angesami — PSDB; José Serra — PSDB; Jurandyr Paixão — PMDB; Magalhães Teixeira — PSDB; Manoel Moreira — PMDB; Nelson Marquezelli — PTB; Robson Tuma — PL; Tidei de Lima — PMDB; Vadão Gomes — Bloco; Valdemar Costa — PL.

Mato Grosso

João Teixeira — Bloco; Jonas Pinheiro — Bloco; Rodrigues Palma — PTB.

Distrito Federal

Augusto Carvalho — PCB; Benedito Domingos — PTR; Francisco Domingos dos Santos — PT; Osório Adriano — Bloco; Paulo Octávio — Bloco; Sigmaringa Seixas — PSDB; Eurides Brito — PTR.

Goias

Antonio Faleiros — PMDB; Delio Braz — PMDB; Haley Margon — PMDB; João Natal — PMDB; Lazaro Barbosa — PMDB; Mauro Borges — PDC; Mauro Miranda — PMDB; Naphtali Alves de Souza — PMDB; Paulo Mandarino — PDC; Pedro Abrão — PMDB; Roberto Balestra — PDC; Ronaldo Caiado — PSD; Virmondos Cruvinel — PMDB

Mato Grosso do Sul

Elísio Curvo — Bloco; José Elias — PTB; Nelson Trad — PTB.

Paraná

Antonio Ueno — Bloco; Basilio Villani — Bloco; Dalla Vecchia — PDT; Flávio Arns — PSDB; Ivamio Guerra — Bloco; Luiz Carlos Hauly — PMDB; Munhoz da Rocha — PSDB.

Santa Catarina

Ângela Amin — PDS; César Souza — Bloco; Hugo Biehl — PDS; Luiz Henrique — PMDB; Nelson Morro — Bloco; Paulo Bauer — PDS; Paulo Duarte — Bloco; Vasco Furlan — PDS.

Rio Grande do Sul

Adylson Motta — PDS; Antônio Brito — PMDB; Carrion Júnior — PDT; Fetter Júnior — PDS; Germano Rigotto — PMDB; Ibsen Pinheiro — PMDB; Ivo Mainardi — PMDB; João de Deus Antunes — PDS; Luís Roberto Ponte — PMDB; Mendes Ribeiro — PMDB; Nelson Jobim — PMDB.

(Compõem a Mesa, à direita do Sr. Presidente Mauro Benevides, os Srs. Ibsen Pinheiro, Presidente da Câmara dos Deputados, Carlos De'Carli, 2º Vice-Presidente do Senado Federal e Inocêncio Oliveira, 1º Secretário da Câmara dos Deputados; à esquerda, os Srs. Genésio Bernardino, 1º Vice-Presidente da Câmara dos Deputados, e Dirceu Carneiro, 1º Secretário do Senado Federal.)

O SR. PRESIDENTE(Mauro Benevides)
— Está aberta a sessão.

Honra-nos com sua presença o Sr. Ministro José Neri da Silveira, Presidente do Supremo Tribunal Federal, a quem convido para compor a Mesa. (Palmas.)

(S Exª toma assento à esquerda do Sr. Presidente Mauro Benevides.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides)
— Declaro instalados os trabalhos da 1ª Sessão Legislativa ordinária da 49ª Legislatura.

Convido os presentes a se postarem de pé para a execução do Hino Nacional.

(É executado o Hino Nacional nas galerias. A tropa, no exterior, presta as continências de estilo. É hasteada a Bandeira Nacional nos mastros das duas Casas.) (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides)

— Encontra-se presente o Sr. Embaixador Marcos Coimbra, Secretário-Geral da Presidência da República, que procederá à entrega da mensagem anual do chefe do Poder Executivo ao Congresso Nacional. (Pausa.)

(S. Ex^a comparece, faz a entrega da mensagem e vai ocupar o lugar que lhe está reservado no plenário.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides)

— O Sr. 1º Secretário da Câmara dos Deputados procederá à leitura da mensagem enviada a esta Casa pelo Exm^o Sr. Presidente da República.

É lida a seguinte

MENSAGEM AO CONGRESSO NACIONAL

Srs. Membros do Congresso Nacional, quero que esta mensagem, a primeira que envio ao Congresso Nacional, no início da Sessão Legislativa, represente testemunho de meu apreço e de minha homenagem a esta instituição, essência do sistema democrático. Sirva também para reafirmar minha crença no papel central desempenhado por esta Casa, a que servimos meu avô, meu pai e eu próprio, na construção do destino de grandeza do País.

Uma das primeiras atitudes que assumi em meu Governo foi a de, pessoalmente, entregar ao Poder Legislativo as medidas adotadas para a execução do projeto de reconstrução nacional. Há precisamente onze meses, em meu discurso de posse no Congresso, assinali que não poderia prescindir da colaboração permanente desta Casa. Esta convicção solidificou-se ainda mais: é imperioso o diálogo entre os poderes, assim como a busca do consenso. A crítica independente não rejeita a convergência de opiniões e nem tampouco se compraz com a oposição sistemática.

A este Congresso, renovado pelas eleições recentes, dirijo a minha palavra, abro as portas de meu gabinete e estendo a minha mão. Espero que o mútuo respeito que nutrem Legislativo e Executivo seja a base de um entendimento amplo, indispensável a esta tarefa maior que, afinal, é de todos os brasileiros: a construção de um Brasil mais justo e feliz.

Em meu discurso de posse apresentei um projeto de transformação nacional, que havia sido consagrado pelas primeiras eleições diretas para a Presidência da República em 30 anos. Mudanças profundas, capazes de recolocar o Brasil na trilha do desenvolvimento harmônico, com paz social, eram reivindicadas de toda a sociedade.

O relatório pormenorizado deste quase um ano e governo, assim como os programas pre-

vistos para 1991, acham-se relacionados nos capítulos referentes a cada um dos ministérios e secretarias governamentais. A leitura desse documento demonstrará que em pouco tempo muito se fez, como fruto do trabalho e da dedicação de brasileiros que servem à causa pública com patriotismo. Sob um comando firme, ações de governo seguem rumo claro o integrado.

Os poderes funcionam em sua plenitude, com liberdade e independência.

A Nação responde ao projeto de reconstrução nacional de modo alentador: a cidadania deu seu aval convicto e inquestionável às medidas ousadas e difíceis, adotadas já nos primeiros dias de meu Governo. Foi igualmente encorajadora e fundamental a reação do Congresso, que demonstrou compartilhar da mesma visão do projeto de transformação e modernização do País. Todos olhámos para as melhores formas de realizar os objetivos de progresso, dentro do marco institucional adequado: o respeito aos preceitos constitucionais.

Esse delicado processo de promover mudanças profundas, dentro da mais estrita observância da Lei Maior, recentemente aprovada, exigiu a cooperação permanente dos poderes constituídos. Deve-se ter presente que as mudanças legais e institucionais, introduzidas pela Constituição de 1988 deram surgimento a uma série de situações inéditas, cujo equacionamento demandou interpretações e exegeses de políticos e de juristas. Nesse particular, orientações precisas, sábias e inspiradoras emanaram do Supremo Tribunal Federal.

Estavam criadas as condições para a arrancada decisiva rumo à consolidação democrática e à superação dos graves problemas nacionais. Sentimo-nos preparados para o embate cotidiano de idéias e concepções que se estabeleceria entre setores da opinião pública identificados com correntes ideológicas de oposição. Aí se encontra o alimento necessário à democracia. Estávamos cientes da resistência que enfrentaríamos ao contrariar interesses incrustados dos grupos que prosperaram à sombra do privilégio e do egoísmo. A modernização do País exigia o fim dos clientelismos. No marco da lei, começamos a romper o círculo vicioso das vantagens cartoriais, que premiavam a ineficiência e encorajavam a corrupção.

Sempre movido pelos anseios de justiça e de consolidação da transição política que o País enfrentava, busquei, desde as primeiras horas de meu Governo, pautar minha conduta pela firmeza e objetividade nas decisões e pela lisura e equilíbrio no trato com os meus opositores.

O entendimento nacional é a única via para a superação não somente das crises que o Brasil enfrenta há décadas, mas também dos vícios políticos que há muito assolam esta Nação. Nesse sentido, as diretrizes de meu Governo têm sido claras: criar uma sociedade moderna, que cultue a democracia como processo e como propósito. Dar combate prioritário e sem tréguas à inflação, a fim de promo-

ver uma real distribuição de renda, que permita a todos acesso aos padrões de consumo condizentes com nível de desenvolvimento do País. Redefinir o papel do Estado na economia e na vida institucional da sociedade. Promover uma política social relevante, que ataque os dramas nacionais na área da infância, da educação, da habitação, das secas, do índio. Renegociar a dívida externa sem comprometer o desenvolvimento nacional e sem mais sacrifícios em vão de parte dos brasileiros. Colocar o Brasil na vanguarda da proteção ambiental, ao tempo em que se incentiva o desenvolvimento industrial harmônico do País e se busca incentivar a pesquisa científica e tecnológica.

Srs. Congressistas, gostaria neste instante de deter-me em alguns temas que, por sua relevância ou oportunidade, merecem referências especiais.

O primeiro desses temas é o relativo à inflação. Desde o início de meu Governo venho travando luta permanente contra a inflação. Os resultados obtidos são indiscutivelmente positivos, pois reduzimos a taxa mensal, que era de 81,3%, para cerca de 12,8%, em média, entre abril e dezembro. Causas, cuja análise consta de capítulo específico nesta mensagem, explicam porque os resultados ficaram aquém do esperado. Posso afirmar-lhes, entretanto, que isso me encoraja a prosseguir no caminho traçado pelos imperativos de justiça social e racionalidade econômica. A luta para conter a inflação é sobretudo uma luta contra a injustiça. O agravamento da distribuição de renda no Brasil nos últimos anos, refletido nas pesquisas do IBGE, resulta, em essência, da ocorrência de altos índices inflacionários. Na corrida ascendente, os salários sempre perdem para os preços. Os desamparados são os menos capazes de ajustar seus ganhos aos novos níveis de preços.

Apesar dos inegáveis êxitos obtidos, expressos na redução da inflação, nos dez meses consecutivos de superávit fiscal e na austeridade política monetária, a conjugação de fatores internos, como a quebra da safra agrícola e a falta de cooperação de alguns setores da sociedade, e de fatores externos, como o aumento de custo das importações e a incerteza gerada pela crise do Golfo, reverteram, em agosto último, as expectativas de inflação declinante. A reaceleração dos aumentos de preços indicou claramente ao Governo que cabia a adoção de novas medidas, capazes de aprofundar o programa original e que permitissem o prosseguimento das reformas econômicas.

As ações já empreendidas e as que submeti ao Congresso Nacional apontam na direção da modernização da economia. A transitoriedade da trégua nos preços — necessária à quebra das expectativas inflacionárias — sobrepõem-se o fim da indexação da economia, o aprofundamento da disciplina fiscal pelo maior controle do gasto público e das estatais, as reformas do sistema financeiro, a criação dos Fundos de Aplicação Financeira e do Fundo de Desenvolvimento Social, a adoção de moderno indicador de referência

para a taxa de juros, que rompe a automática ligação entre inflação passada e futura, a implementação do Plano Diretor de Mercado de Capitais e da progressiva redução das alíquotas do imposto de importação.

„Não me afastarei da trilha da modernidade, cujos marcos se evidenciam no elenco das medidas citadas. A jornada para esse novo patamar de desenvolvimento será mais curta e menos penosa na medida em que formos capazes de estancar a inflação.

Convido, assim, a reflexão os que tendem a contemporizar com os aumentos excessivos de preços, com os pleitos salariais acima do que seria economicamente viável e os lenientes com os desperdícios e ineficiências no Estado e suas empresas. Os indulgentes com a inflação estão coniventes com a injustiça social. A repartição mais justa da riqueza tem como pré-requisito a derrota da inflação. Esta não é uma bandeira só do Governo, mas uma aspiração de toda a sociedade brasileira, representada no Congresso, em sua plenitude e legitimidade. Cabe, pois, a esta Casa o papel relevante de promover, pela chancela do Direito, e induzir, pela formação de atitudes e expectativas, o processo de combate à inflação.

Estou consciente de que o necessário ajustamento da economia pode acarretar sacrifícios para a sociedade. A minoração desses sacrifícios, ou sua distribuição desigual, de maneira a poupar os menos afortunados, só poderá ser conseguida se os diferentes segmentos da sociedade e o Governo pactuarem entre si. O Congresso Nacional tem que ter participação decisiva na conquista desse entendimento: sobram-lhe competência e legitimidade, e creio não lhe faltar empenho.

É no contexto da perspectiva da participação do Congresso que pretendo conduzir o País ao caminho da modernidade. Como assinalou em recente artigo um cientista social brasileiro, as transformações políticas que ocorreram nos últimos anos da década de 80, notadamente, na Europa, aliadas às inovações tecnológicas que alteraram as tradicionais vantagens comparativas de um país, fizeram encolher o leque de opções administrativas dos governos. Eficiência, produtividade e economia de mercado não são mais palavras e expressões características dos países capitalistas. A grande globalização que presenciamos na economia mundial impõe competência na gestão macroeconômica e competitividade na produção de bens e serviços. Não há alternativa à crescente integração econômica mundial. A opção autárquica levará o País ao isolamento político e à falência econômica. As economias de mercado não somente produzem mais riqueza que as centralmente planejadas, como ensinam mais liberdade e democracia. Isso nos demonstra a evidência histórica recente. O pluripartidarismo, de que os Srs. Congressistas são manifestação concreta, não se nutre da concentração da riqueza nas mãos do Estado, mas, antes, de sua dispersão pelos diferentes agentes econômicos.

O Programa de Desestatização: a promoção da qualidade, da produtividade e da capacitação tecnológica; a desregulamentação da atividade econômica; a reforma administrativa; e a nova política industrial e de comércio exterior, nela compreendida a reforma tarifária, são realizações concretas e em pleno curso que demonstram que o Brasil escolheu o caminho da reforma para integrar-se mais rapidamente à nova sociedade internacional.

A modernização do Estado brasileiro e a adequação da economia aos imperativos da contemporaneidade não estarão completas se não forem acompanhadas do reexame de normas e princípios consagrados no texto constitucional vigente.

A lealdade e obediência que devoto à Constituição não me inibem de clamar os Srs. Congressistas a tarefa de buscar seu aprimoramento. A abrangência dos 315 artigos do texto constitucional o torna permeável a modificações aperfeiçoadoras, já previstas pelo constituinte de 1988, quando programou a revisão constitucional para outubro de 1993, que prestigiosos congressistas já postularam a antecipação.

Srs. Senadores, Srs. Deputados, o desenvolvimento tem como ponto de partida e meta final o homem. O capital humano é, hoje, certamente, o elemento primordial na promoção do crescimento econômico. Não se registra um só caso no mundo moderno de um país que esteja na vanguarda do progresso cujo capital humano seja de má qualidade. Os exemplos mais evidentes que hoje nos fornece a comunidade internacional são precisamente os de países que alcançaram riqueza num quadro de carência de recursos naturais, mas abundante de recursos humanos de boa qualidade. São esses recursos que possibilitam a geração de tecnologia, fator decisivo no mundo moderno na separação entre ricos e pobres. O investimento na formação intelectual é tarefa a que atribuo grande prioridade, como forma de melhorar drasticamente o atual quadro brasileiro, de insuficiente e comprometedor taxa de escolaridade no ensino fundamental. A disseminação do conhecimento é poderoso indutor de mobilidade social vertical e, por conseguinte, da distribuição da renda. A educação está na base da riqueza das nações.

Particularmente, nesse campo, o trabalho do Executivo depende em muito do Legislativo: peço aos Srs. Congressistas empreenderem ação determinada junto aos governos estaduais e municipais para que sejam alocados recursos ao ensino de primeiro e segundo graus, no montante determinado pela Constituição, no mínimo. Os esforços que o Governo Federal está empreendendo para desenvolver programas de alfabetização em massa necessitam ser complementados pela educação básica, cuja responsabilidade constitucional cabe também aos estados e municípios.

A dramática situação da infância no Brasil exige providências imediatas. A perda considerável de vidas ceifadas prematuramente, em razão da fome, da má qualidade do aten-

dimento do sistema de saúde e da falta de saneamento básico; o abandono de milhões de crianças que perambulam por nossas cidades, expondo-se a todo tipo de degradações e violência, é uma tragédia que tem de acabar. Meu Governo, com sentido de urgência, tem trabalhado para reverter esse inaceitável panorama, mediante a mobilização racional de recursos financeiros e humanos. O projeto do “Ministério da Criança” é o instrumento institucional mais adequado para coordenar as ações que estão sendo desenvolvidas na assistência à infância.

Cada menor abandono é um sinal de alerta que deve despertar dor de consciência em todo cidadão movido pelos ideais de justiça e de respeito aos direitos humanos. A missão de pôr termo a esse estado de coisas talvez seja das tarefas mais nobres e inspiradoras de meu Governo. Conto com a ajuda do Congresso Nacional para alcançar esse objetivo.

A preocupação e a seriedade com que os Poderes constituídos da República têm tratado as questões sociais no País estão contribuindo para a fixação de uma nova imagem do Brasil no exterior.

No domínio da política externa, o Brasil tem sido protagonista de decisões importantes e tem participado ativamente no encaminhamento dos grandes problemas mundiais. Sob meu governo, a luta pelo desenvolvimento, ganhou nova feição e novo direcionamento, erigindo como componentes básicos do esforço de modernização a maior abertura à competição externa e a inserção crescente do Brasil na economia internacional. Esse conjunto integrado de decisões de política econômica amplia de forma substancial as oportunidades de cooperação para parceiros internacionais do País nas áreas comercial, financeira e tecnológica. Uma das consequências de grande monta dessa ampliação de oportunidades é o novo impulso que se pôde dar, pelo lado brasileiro, ao processo, que já se encontrava em curso, de aproximação e integração com os países da América Latina e, em particular, com nossos vizinhos do Cone Sul.

O ganho de legitimidade no quadro interno do País, a defesa intransigente das liberdades públicas e dos direitos humanos e a prioridade concedida à preservação ambiental projetam na cena internacional uma nova imagem da sociedade brasileira. A defesa clara dos princípios cardeais do Direito das Gêntes, o respeito estrito às decisões emanadas dos organismos internacionais e a coerência e a transparência de nossa atuação passam a gerar maior confiabilidade ao País e configuram possibilidade de uma inserção mais eficaz no meio internacional.

O tema da dívida externa é uma das questões de que trato com interesse e prioridade, pois todos sabemos que do equacionamento equilibrado e racional desse problema depende o futuro da integração da economia brasileira no fluxo internacional de comércio e investimentos. Tenho procurado encetar negociações sérias e realistas com os credores do País, a fim de alcançar soluções de com-

promisso que possam ser efetivamente honradas, sem sacrifícios adicionais para a Nação.

Srs. Membros do Congresso Nacional, os cidadãos de boa-fé sabem que nesse primeiro ano de Governo não poupei energia e esforço para dar o encaminhamento correto e legítimo aos principais problemas nacionais. Encontrei nesta Casa apoio e inspiração para governar sob o signo da transparência, com a perspectiva da complexidade e amplitude das gravíssimas questões que estão a exigir solução imediata e, se possível, definitiva. Procurei governar com absoluto sentido de prioridade.

Procurei, igualmente, governar com autoridade, com firmeza, sem transgredir, contudo, os preceitos da legitimidade. A generosidade, a imparcialidade, a disposição permanente para o diálogo foram balizas para minha conduta.

Procurei, ainda, governar de acordo com o projeto que foi consagrado nas urnas, mas sem preconceitos ideológicos, sempre disposto a ouvir e a buscar o consenso. Mantive permanentemente o sentido do interesse nacional, lastreado, embora, na percepção clara de nossa posição no mundo: o Brasil não pode ceder ao provincianismo, mas tampouco pode iludir-se com um cosmopolitismo ingênuo.

Acredito que, em seu conjunto, o balanço desses primeiros meses de governo é extremamente positivo. Não ignoro, nem substituo, eventuais falhas ou omissões. Por todas elas sou responsável: Não se deve, contudo, ignorar as conjunturas nacional e internacional nem sempre favoráveis. Os resultados colhidos até o momento deixam-me confiante: eles demonstram que as mudanças são possíveis, que o povo brasileiro aceitará o sacrifício passageiro, se sentir que dele advirá um tempo de prosperidade, justiça e paz social.

Estou convicto de que a construção de um Brasil Novo depende do trabalho individual de cada brasileiro. Talento e recursos naturais são relevantes, mas sem trabalho árduo não se constrói uma grande nação.

A construção desse Brasil Novo, porque depende essencialmente da nossa vontade e constitui tarefa de todos e de cada um, haverá de ser conduzida em clima de diálogo e de entendimento — sem barreiras intranponíveis entre Governo e Oposição — no marco de pluralismo político consagrado no primeiro artigo da nossa Constituição.

Brasília, 15 de fevereiro de 1991. — **Fernando Collor**, Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE(Mauro Benevides) — Exm^o Sr. Deputado Ibsen Pinheiro, Presidente da Câmara dos Deputados, Exm^o Sr. Ministro José Neri da Silveira, Presidente do Supremo Tribunal Federal, S. Ex^a Revm^a D. Carlo Furno, Decano do Corpo Diplomático, Exm^{os} Srs. Embaixadores, Exm^{os} Srs. Ministros de Estado, Exm^{os} Srs. Ministros de Tribunais Superiores, Exm^a Sr^a Márcia Kubitschek, Vice-Governadora de Brasília, que representa o Governador do Distrito Federal, Joaquim Domingos Roriz, Exm^{os} Srs. Senadores e Deputados, demais ilustres autoridades ci-

vis e militares, Senhoras e Senhores, instala-se, com esta solenidade, a 49^a Legislatura do Congresso Nacional, sob as vistas atentas da opinião pública brasileira, sequiosa de reabilitação da imagem do nosso Parlamento, que se deve mostrar emoldurada numa aura de prestígio popular, como decorrência da permanente dedicação de senadores e deputados para exemplarmente cumprirem o mandato que lhes foi conferido através de eleições livres e soberanas.

Os trabalhos ordinários, que ora se inauguram, foram procedidos de convocação extraordinária desde 5 de fevereiro, com base em preceituação expressa na Carta Magna, em razão de medidas provisórias editadas pelo Poder Executivo, compelindo-nos a realizar sessões plenárias e de comissões mistas, numa celeridade que se situa dentro de estimulantes padrões de eficiência, capazes de evidenciar com iniludível clareza, uma nova e auspiciosa fase de atuação do Congresso, sem as habituais e enervantes procrastinações que o distanciavam dos reclamos de todos os segmentos da sociedade.

Com esforço denodado, os congressistas, no imperioso cumprimento do dever, entregaram-se ao estudo aprofundado das inovações do plano econômico, formulando quase 800 emendas às propostas do Governo, visando a aprimorar o texto original submetido à nossa deliberação.

Já a partir da próxima semana a matéria estará sendo debatida neste plenário sem as injustificáveis faltas de **dequoraminadmitidas** pela comunidade, que nos mandou para o Congresso Nacional como representantes e defensores de suas mais legítimas aspirações.

Se de outra forma vier a ser o nosso comportamento, de nada terá valido a contundente lição de 3 de outubro último, quando o **voto em brancos** significou uma incisiva objurgatória contra a classe política, julgada, implacavelmente, como omissa ou desidiosa no trato da coisa pública.

Compenetrados, pois, de seus encargos, os congressistas alinham-se em torno de propósitos nobres e superiores, repudiando estilos superados de clientelismo que não mais se coadunam com um parlamento consciente e ativo, comprometido apenas com a elevada missão de servir ao País.

Um Legislativo fortalecido, pelos seus próprios integrantes não será mera figura de retórica a compor a estrutura democrática de uma nação. Antes despontará com o insuperável vigor de peça basilar do arcabouço institucional, respeitando os demais poderes e por eles sendo igualmente acatado.

Não é possível admitir-se, por imperativo de ordem moral ou política, que nenhum deputado ou senador se desvincule de tão salutarres diretrizes, norteadoras de uma faina diuturna, que agora se instaura num clima de tormentosas dificuldades para o mundo inteiro.

No campo internacional, a eclosão da guerra do Golfo Pérsico, com as suas dantescas e imprevisíveis repercussões, convulsiona a humanidade, fazendo-a partícipe, direta ou

indiretamente, de um conflito dramático, nulificador dos sentimentos de paz e fraternidade entre os homens.

O Brasil, por seu turno, vivencia etapa angustiante nas áreas social, econômica e financeira, buscando fórmulas viáveis de desenvolvimento que se confundem no torvelinho de uma inflação ainda incontrolável, exigindo dos setores governamentais competentes firmeza e equilíbrio de ações, no sentido de evitar o sofrimento das classes menos favorecidas.

O Congresso não pode ficar à margem das soluções tentadas no âmbito do Poder Executivo, até mesmo pelas exigências constitucionais que, também, o colocam como parceiro compulsório das decisões nacionais relevantes.

Nessa altura, procede lembrarmos que a Constituição de 1988, onde estão inscritos os mais modernos postulados do Estado de Direito Democrático, devolve ao Congresso suas prerrogativas de poder independente. Legalmente depositário de competências da maior importância na consecução dos fins do Estado, impõe-se ao Legislativo a conquista da autoridade sem a qual o Poder inexistente.

Cabe, portanto, ao atual Congresso, investir-se dessa autoridade, reforçá-la, dia a dia, através de um trabalho criterioso, independente de quaisquer interesses, assíduo e eficiente, de tal forma que os frutos da atuação parlamentar sejam, de imediato, reconhecidos com o consequente resgate da imagem do político perante a opinião pública e o soerguimento do prestígio da instituição a que pertencemos.

Dentro dessa linha de pensamento, a Câmara dos Deputados — presidida pelo Deputado Ibsen Pinheiro — e o Senado Federal conjugarão esforços em prol da modernização de suas respectivas estruturas técnicas e administrativas com natural reflexo no funcionamento do Poder Legislativo, visando a agilizar e aperfeiçoar o processo legislativo, sem prejudicar a exaustiva discussão das matérias.

O Prodasen, com a ampliação de seus programas, meticulosamente operacionalizados, oferecerá suporte às inovações pretendidas. Só assim o parlamentar, no exercício das funções constitucionais, poderá obter as informações necessárias que lhe assegurem uma visão global das matérias encaminhadas pelo Governo e, ao mesmo tempo, proporcionar-lhe alternativas para decisões fundamentadas, bem como para exercer, com maior discernimento, a preponderante missão de controlar e fiscalizar os atos do Poder Executivo.

Sem a adoção dessas providências, as duas Casas não estariam à altura da conjuntura histórica de que somos contemporâneos, funcionando dentro de padrões obsoletos, muito aquém das exigências postas diante de nós — às vezes de forma agressiva — por variados estamentos sociais.

O **marketing** de que nos utilizaremos para projetar mercadamente o Congresso será da eficiência, da austeridade, da transparência dos atos da sobrançeria na defesa de suas

prerrogativas impostergáveis, da correta identificação com os justos anseios populares.

Srs. Congressistas, nos próximos dias assistiremos a uma intensa articulação congressual em torno das duas medidas provisórias editadas pelo Sr. Presidente Fernando Collor de Mello, reorientando a política econômica de seu Governo, com vistas a que o País suplante a incerteza dos rumos pelos quais enveredara e possibilite a gradual retomada do desenvolvimento, com o fim do espectro sombrio da recessão dos inquietantes percentuais de desemprego e dos resistentes índices inflacionários.

Sem arriscarmos prognósticos sobre a soberana deliberação do Plenário, reconhecemos, já no desempenho do segundo mandato senatorial, que jamais presenciamos maior movimentação nesta augusta Casa, nem mesmo quando aqui se elaborava, em 87/88, o texto constitucional em vigor

Este é o Congresso dos **novos tempos**, coerentemente còscio de suas imensas responsabilidades, sem direito de falhar no trato das reivindicações coletivas

Nem de longe permitiremos que se irrogue a nossa face a increpação insidiosa de contumazes obstaculizadores da governabilidade.

A partir da apreciação do Regimento Comum, do projeto regulamentador das medi-

das provisórias, da complementação das disposições constitucionais que não são auto-aplicáveis, abre-se um vasto elenco de iniciativas a exigir dos Srs. Congressistas a contribuição que o País deles espera.

Quando nos insurgimos contra proposições do Executivo, pretendendo compatibilizá-las com aquilo que entendemos ser fundamental ao progresso do País e ao bem-estar da sociedade, utilizamos simplesmente franquia constitucional, inerente a **omunus** representativo do qual nos investimos pelo voto livre dos nossos concidadãos.

Assim procedendo, executamos uma prática habitual da democracia, da qual estive-mos afastados durante o longo e ominoso período autoritário em que somente se homologavam decisões, com a exclusiva finalidade de manter aparências de normalidade político-institucional.

De certo, a democracia divide o pensamento, agita a inteligência, inspira métodos e processos diferentes. Mas esse entrechoque de idéias é a força que desencadeia o processo de desenvolvimento das nações e as conduz ao seu destino maior.

Na representatividade deste Plenário se abriga a Nação em seus objetivos e ideais. Cumpre-nos, então, procurar os caminhos do entendimento, deixando à margem as discrepâncias partidárias exacerbadas, para sermos dignos da confiança popular.

Somente com o Poder Legislativo avigorado assegurar-se-á a tranquila estabilidade do regime em que vivemos.

Contemplamos um Congresso convertendo em lei as aspirações nacionais; debatendo, dialogando com todos os segmentos sociais; procurando conciliar uma política irreversível de desenvolvimento com as medidas de compressão das despesas públicas; um Congresso altaneiro, representativo da Federação, por força da estrutura bicameral de tradição histórica, que vise, antes de tudo, ao engrandecimento da Pátria; um Congresso que, em última análise, pela competência, pela independência de atitudes e pela conduta irrepreensível de seus membros, constitua-se na perda angular da democracia no Brasil.

E é exatamente isso o que anseiam os atuais membros do Congresso Nacional.

Declaramos, ao término desta solenidade magna, instalada a 49ª Legislatura. (Palmas)

Ao declarar cumprida a finalidade desta sessão, agradeço a presença às autoridades que, logo mais, no Salão Nobre, serão cumprimentadas pela Mesa das duas Casas, pelo Presidente da Câmara, Deputado Ibsen Pinheiro, por mim e demais dirigentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 11 horas e 5 minutos.)

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

(Inclusas as despesas de correio via terrestre)

SEÇÃO I (Câmara dos Deputados)

Semestral Cr\$ 3.519,65

SEÇÃO II (Senado Federal)

Semestral Cr\$ 3.519,65

J. avulso Cr\$ 71,93

Os pedidos devem ser acompanhados de cheque pagável em Brasília, Nota de Empenho ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal — Agência — PS-CEGRAF, conta corrente nº 920001-2, a favor do

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Poderes — Brasília — DF
CEP: 70160.

Maiores informações pelos telefones (061) 311-3738 e 311-3728 na Supervisão de Assinaturas e Distribuição de Publicações — Coordenação de Atendimento ao Usuário.

**Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 07/1203
Brasília — DF**

EDIÇÃO DE HOJE: 8 PÁGINAS